

## **Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Cias Abertas**

ZAMP S.A.





## 1. Acionistas

Capítulo	Princípio	Prática Recomendada	Adotada?	Explicação
1 Acionistas	<b>Estrutura Acionária</b> 1.1 Cada ação deve dar direito a um voto.	1.1.1 O capital social da companhia deve ser composto apenas por ações ordinárias.	Sim	-
	<b>Acordos de Acionistas</b> 1.2 Os acordos de acionistas não devem transferir para os acionistas signatários as decisões nas matérias de competência do conselho de administração, da diretoria ou do conselho fiscal.	1.2.1 Os acordos de acionistas não devem vincular o exercício do direito de voto de nenhum administrador ou membro dos órgãos de fiscalização e controle.	Não	<p>Em 07 de fevereiro de 2024, foi celebrado um acordo de cotistas entre a (i.a) MIC Capital Partners (Brazil Special Opportunities II) FIP 1, LLC; (i.b) MIC Capital Partners (Brazil Special Opportunities II) FIP 2, LLC; e (i.c) MIC Capital Partners (Brazil Special Opportunities II) FIP 3, LLC, sendo os três, em conjunto, entidades de investimento que fazem parte do portfólio de sociedades, fundos de investimento e negócios indiretamente detidos, controlados ou geridos pela Mubadala Capital LLC e suas afiliadas (em conjunto, “<b>Mubadala Capital</b>”), (ii) AP Investments (Ontario), LP; e (iii) EQSRV Fund LP, para regular, dentre outras matérias o exercício do direito de voto (a) dos cotistas do MIC Capital Partners (Brazil Special Opportunities II) Fundo De Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“<b>Fundo</b>”) no âmbito do Fundo; e (b) do Fundo (i) diretamente na MC Brazil e (ii) indiretamente na Companhia (“<b>Acordo de Acionistas</b>”).</p> <p>O Acordo de Acionistas também dispõe sobre as regras para a indicação e eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia, sendo certo que a Mubadala Capital deverá sempre indicar a maioria dos membros do Conselho de Administração da Zamp, a serem indicados e eleitos indiretamente pelo Fundo.</p> <p>Além disso, o Acordo de Acionistas mantém a obrigação do administrador de exercer seu direito de voto, seja ele vinculado à orientação dos acionistas ou não, observados os preceitos da Lei nº 6.404/76, com a independência e a</p>

Capítulo	Princípio	Prática Recomendada	Adotada?	Explicação
				imparcialidade que a posição de Conselheiro exige, não havendo qualquer impeditivo para o administrador exercer suas funções e deveres fiduciários.
1.3	<b>Assembleia Geral</b>  A administração deve buscar o engajamento dos acionistas, favorecer a presença em assembleia geral e o correto entendimento das matérias a serem deliberadas, bem como facilitar a indicação e eleição de candidatos ao conselho de administração e conselho fiscal.	1.3.1 A diretoria deve utilizar a assembleia para comunicar a condução dos negócios da companhia, pelo que a administração deve publicar um manual visando facilitar e estimular a participação nas assembleias gerais.	Sim	-
		1.3.2 As atas devem permitir o pleno entendimento das discussões havidas na assembleia, ainda que lavradas em forma de sumário de fatos ocorridos, e trazer a identificação dos votos proferidos pelos acionistas.	Sim	-
1.4	<b>Medidas de Defesa</b>  Medidas de defesa, caso sejam adotadas pela companhia, devem ter como objetivo prevenir aquisições oportunistas de parcelas significativas de capital da companhia em momentos desfavoráveis de mercado, preservando a liquidez ou maximizando o valor das ações, em benefício de todos os acionistas.	1.4.1 O conselho de administração deve fazer uma análise crítica das vantagens e desvantagens da medida de defesa e de suas características e, sobretudo, dos gatilhos de acionamento e parâmetros de preço, se aplicáveis, explicando-as.	Não se aplica	-
		1.4.2 Não devem ser utilizadas cláusulas que inviabilizem a remoção da medida do estatuto social, as chamadas 'cláusulas pétreas'.	Não se aplica	
		1.4.3 Caso o estatuto determine a realização de oferta pública de aquisição de ações (OPA) sempre que um acionista ou grupo de acionistas atingir, de forma direta ou indireta, participação relevante no capital votante, a regra de determinação do	Não se aplica	

Capítulo	Princípio	Prática Recomendada	Adotada?	Explicação
		preço da oferta não deve impor acréscimos de prêmios substancialmente acima do valor econômico ou de mercado das ações.		
	<p><b>Mudança de Controle</b></p> <p>Independentemente da forma jurídica e dos termos e condições negociados para a transação que der origem à mudança de controle, todos os acionistas da companhia objeto da transação devem ser tratados de forma justa e equitativa.</p>	<p>O estatuto da companhia deve estabelecer que:</p> <p>(i) transações em que se configure a alienação, direta ou indireta, do controle acionário devem ser acompanhadas de oferta pública de aquisição de ações (OPA) dirigida a todos os acionistas, pelo mesmo preço e condições obtidos pelo acionista vendedor;</p> <p>(ii) os administradores devem se manifestar sobre os termos e condições de reorganizações societárias, aumentos de capital e outras transações que derem origem à mudança de controle, e consignar se elas asseguram tratamento justo e equitativo aos acionistas da companhia.</p>	Parcialmente	<p>A Companhia aplica integralmente a prática prevista no item (i). Em relação ao item (ii), embora não haja previsão estatutária de manifestação do Conselho de Administração, os administradores, no cumprimento dos seus deveres fiduciários, ao proporem e apreciarem os termos e condições das reorganizações societárias, aumentos de capital e outras transações que dão origem à mudança de controle, para recomendação de aprovação pelos acionistas em Assembleias Gerais, poderão, a seu exclusivo critério, se manifestar sobre o tratamento justo e equitativo aos acionistas da Companhia no âmbito das referidas operações.</p> <p>Dessa forma, tendo em vista a responsabilidade legal dos administradores, a Companhia entende não ser necessária a alteração do estatuto social neste momento.</p>
	<p><b>Manifestação da Administração nas OPAs</b></p> <p>O conselho de administração deve orientar os acionistas</p>	<p>O estatuto social deve prever que o conselho de administração dê seu parecer em relação a qualquer OPA tendo por objeto ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações de emissão da</p>	Sim	-

Capítulo	Princípio	Prática Recomendada	Adotada?	Explicação
	quanto às OPAs a eles dirigidas.	companhia, o qual deverá conter, entre outras informações relevantes, a opinião da administração sobre eventual aceitação da OPA e sobre o valor econômico da companhia.		
1.7	<b>Política de Destinação de Resultados</b>  A política de destinação de resultados da companhia deve respeitar as características econômico-financeiras do negócio – geração de caixa e necessidade de investimentos – e ser do conhecimento de todos os interessados, acionistas e investidores.	1.7.1 A companhia deve elaborar e divulgar política de destinação de resultados definida pelo conselho de administração. Entre outros aspectos, tal política deve prever a periodicidade de pagamentos de dividendos e o parâmetro de referência a ser utilizado para a definição do respectivo montante (percentuais do lucro líquido ajustado e do fluxo de caixa livre, entre outros).	Não	A Companhia não possui Política de Destinação de Resultados formalmente aprovada.  A Companhia entende não ser necessária a elaboração da Política de Destinação de Resultados neste momento uma vez que: (i) o objetivo da prática resta atendido em sua essência, tendo em vista que o Estatuto Social já traz o conteúdo mínimo que seria esperado da Política de Destinação de Resultados, a saber, a periodicidade do pagamento de dividendos (anual, sendo possível, por deliberação do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares) e o parâmetro de referência a ser utilizado para a definição do respectivo montante (no caso, lucro líquido ajustado); e (ii) há informações disponíveis aos acionistas e ao mercado em geral sobre o assunto, tanto no Estatuto Social como no item 2.7 – Política de Destinação dos Resultados do Formulário de Referência (versão [4], de [11/07/2024]).
1.8	<b>Sociedades de Economia Mista</b>  A orientação das atividades da companhia pelo acionista controlador, de modo que atenda ao interesse público que justificou a criação da sociedade de economia mista, deve ser conciliada com os interesses dos demais acionistas e investidores nos	1.8.1 O estatuto social deve identificar clara e precisamente o interesse público que justificou a criação da sociedade de economia mista, em capítulo específico.  1.8.2 O conselho de administração deve monitorar as atividades da companhia e estabelecer políticas, mecanismos e controles internos para apuração dos eventuais custos do atendimento do interesse público e eventual ressarcimento da companhia ou dos	Não se aplica  Não se aplica	-  -

Capítulo	Princípio	Prática Recomendada	Adotada?	Explicação
	valores mobiliários da companhia.	demais acionistas e investidores pelo acionista controlador.		



## 2. Conselho de Administração

Capítulo	Princípio	Prática Recomendada	Adotada?	Explicação
2 Conselho de Administração	<b>2.1 Atribuições</b> O conselho de administração deve exercer suas atribuições considerando os interesses de longo prazo da companhia, os impactos decorrentes de suas atividades na sociedade e no meio ambiente e os deveres fiduciários de seus membros, atuando como guardião dos princípios, valores, objeto social e sistema de governança da companhia.	<p>O conselho de administração deve, sem prejuízo de outras atribuições legais, estatutárias e de outras práticas previstas no Código:</p> <p>(i) definir as estratégias de negócios, considerando os impactos das atividades da companhia na sociedade e no meio ambiente, visando a perenidade da companhia e a criação de valor no longo prazo;</p> <p>(ii) avaliar periodicamente a exposição da companhia a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade/conformidade (<b>compliance</b>) e aprovar uma política de gestão de riscos compatível com as estratégias de negócios;</p> <p>(iii) definir os valores e princípios éticos da companhia e zelar pela manutenção da transparência do</p>	Sim	<p>A Companhia adota integralmente a prática descrita no item (i), uma vez que compete ao Conselho de Administração analisar, aprovar e acompanhar a execução dos planos estratégicos, dos projetos de expansão e dos programas de investimento desenvolvidos pela ZAMP. O Plano Estratégico Empresarial da Companhia é revisado periodicamente, considerando, dentre outros, os impactos das atividades da Companhia na sociedade e no meio ambiente. O mesmo ocorre com relação aos projetos estratégicos pelos quais o Conselho de Administração busca definir a estratégia dos negócios da Companhia, de forma a oferecer respostas de negócios aos principais problemas socioambientais globais e, com isso, gerar impacto positivo. O acompanhamento do Plano Estratégico Empresarial é realizado com o apoio do Comitê de Estratégia e Alocação de Capital. Em outubro de 2021, a Companhia assumiu publicamente o seu Compromisso baseado nos critérios ASG, um plano estratégico estruturado sobre três pilares: Nossa Comida (neste pilar, estão concentradas diversas iniciativas que garantem práticas sustentáveis em relação à origem, prospecção, desenvolvimento, preparação e fornecimento de alimentos aos consumidores da Companhia), Nossa Pegada (neste pilar são tratados, essencialmente, os impactos, diretos ou indiretos das atividades dos restaurantes ao meio ambiente, dentre os quais, destaca-se a redução da geração de resíduos), e Nossa Gente (neste pilar, a Companhia atua para que todos se sintam bem-vindos, independentemente de gênero, raça, cor, idade, credo, orientação sexual. A Companhia acredita que todo mundo deve ter oportunidade de deixar a sua marca registrada e quer contribuir com isso, cada vez mais). Para cada um destes pilares foram estabelecidas metas que devem ser alcançadas ao longo desta década.</p> <p>Para maiores informações, vide o disposto no Relatório de Sustentabilidade da Companhia, o qual encontra-se disponível nos websites da CVM (<a href="http://www.cvm.gov.br">www.cvm.gov.br</a>), da B3 (<a href="http://www.b3.com.br">www.b3.com.br</a>) e na página de Relações com</p>

Capítulo	Princípio	Prática Recomendada	Adotada?	Explicação
		<p>emissor no relacionamento com todas as partes interessadas;</p> <p>(iv) rever anualmente o sistema de governança corporativa, visando a aprimorá-lo.</p>		<p>Investidores da Companhia (<a href="https://ri.zamp.com.br/">https://ri.zamp.com.br/</a>) na aba “ESG” e no ícone “Relatório de Sustentabilidade e da Transparência” ou diretamente através do link: <a href="https://ri.zamp.com.br/list.aspx?idCanal=G74+nC12nTOaV4s5niHaTg==">https://ri.zamp.com.br/list.aspx?idCanal=G74+nC12nTOaV4s5niHaTg==</a>.</p> <p>A Companhia adota integralmente a prática descrita no item (ii), tendo em vista que compete ao Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos implantados; avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia e avaliar a qualidade e a eficácia dos sistemas de gerenciamentos de riscos e controles internos, por meio da área de Auditoria Interna. Adicionalmente, a Companhia ressalta que o Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 27 de março de 2023, a Política de Gestão de Riscos e Controles (“<b>Política de Riscos</b>”), que tem por objetivo estabelecer diretrizes, princípios, papéis e responsabilidades no gerenciamento de riscos corporativos e fornecer orientações aos processos de negócios na identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos. Mais informações sobre as práticas de gestão de riscos estão descritas no item 5.1 do Formulário de Referência (versão [4], de [11/07/2024]) e na Política de Gestão de Riscos e Controles.</p> <p>Em relação ao item (iii), compete ao Comitê de Auditoria, em conjunto com o Conselho de Administração, supervisionar as atividades da área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e Compliance, e reportar eventuais riscos e pontos de atenção para o Conselho de Administração, além de orientar o cumprimento, promover a revisão e recomendar a evolução do Código de Conduta da Companhia ao Conselho de Administração, que é responsável pela sua aprovação. A Companhia adota práticas e políticas como a Política de Transações com Partes Relacionadas e demais situações envolvendo Conflito de Interesses; possui um Código de Conduta, que foi revisado e atualizado em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril 2023, estabelecendo os valores e princípios éticos da Companhia; e um Código de Conduta específico para</p>



Capítulo	Princípio	Prática Recomendada	Adotada?	Explicação
				<p>Fornecedores dentre outras que reforcem seu compromisso com a ética e transparência.</p> <p>Em relação ao item (iv), o Comitê de Auditoria também é responsável pela(s): (a) revisão periódica do sistema de governança corporativa da Companhia, monitorando a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos implantados, visando a confiabilidade e integridade das informações e proteção da Companhia de todas as partes interessadas; (b) avaliação e monitoramento das exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com a remuneração da administração, utilização de ativos da Companhia e despesas incorridas em nome da Companhia; e (c) por meio da Auditoria Interna, avaliação da qualidade e da eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos existentes na Companhia. Adicionalmente, é responsável pelo cumprimento dos dispositivos legais, normativos, regulamentos e normas internas aplicáveis, incluindo a política de transações com partes relacionadas da Companhia, buscando sempre que haja a evolução para as melhores práticas nacionais e internacionais de governança corporativa, propondo ajustes e evoluções no sistema de governança corporativa da Companhia ao Conselho de Administração, sempre que julgar necessário.</p>
2.2	<p><b>Composição do Conselho de Administração</b></p> <p>O conselho de administração deve ter membros de perfil diversificado, número adequado de conselheiros independentes, e tamanho que permita a criação de comitês, o debate efetivo de ideias e a tomada de decisões técnicas, isentas e fundamentadas.</p>	<p>O estatuto social deve estabelecer que:</p> <p>(i) o conselho de administração seja composto em sua maioria por membros externos, tendo, no mínimo, um terço de membros independentes;</p> <p>(ii) o conselho de administração deve avaliar e divulgar anualmente quem são os conselheiros</p>	<p><b>Parcialment e</b></p>	<p>Em relação ao item (i), não há a previsão, no Estatuto Social, de um número mínimo de membros externos, mas o art. 15 do mencionado documento determina que o Conselho de Administração deve ser composto por, no mínimo, 2 ou 20%, o que for maior, de Conselheiros Independentes, conforme legislação e regulamentação aplicável.</p> <p>De qualquer forma, na data deste Informe, dos 8 membros efetivos no Conselho de Administração, 2 são independentes (25%) e todos são externos (100%).</p> <p>A Companhia entende que a atual composição do Conselho de Administração já atende às melhores práticas de governança corporativa, em linha com recomendado pelo Código Brasileiro de Governança</p>

Capítulo	Princípio	Prática Recomendada	Adotada?	Explicação
		independentes, bem como indicar e justificar quaisquer circunstâncias que possam comprometer sua independência.		<p>Corporativa e com a regulamentação aplicável, razão pela qual não vislumbra a alteração do Estatuto Social.</p> <p>Em relação ao item (ii), o Conselho de Administração realiza a avaliação de quem são os Conselheiros Independentes sempre que há convocação de Assembleia Geral para eleger conselheiros (cujo mandato é de 2 anos). Conforme item 7.3 do Formulário de Referência (versão [4], de [11/07/2024]), a Companhia divulga, anualmente, quem são seus membros independentes.</p> <p>Vale notar que o Conselho de Administração deliberou sobre a independência dos candidatos a Conselheiros Independentes eleitos na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2024, baseando-se em autodeclaração apresentada por eles. A manifestação sobre tal caracterização foi inserida na Proposta da Administração para a referida assembleia geral, que deliberou sobre o tema. Diante disso, a Companhia entende não ser necessário o ajuste do Estatuto Social para prever a avaliação da independência dos Conselheiros Independentes anualmente.</p> <p>Por fim, a Companhia faz uso da atual definição de Conselheiro Independente Anexo K da Resolução CVM 80, que entende ser mais objetiva do que o previsto no “Código Brasileiro de Governança Corporativa”, mitigando, assim, eventual insegurança sobre o cumprimento da prática.</p>
		<p>O conselho de administração deve aprovar uma política de indicação que estabeleça:</p> <p>2.2.2</p> <p>(i) o processo para a indicação dos membros do conselho de administração, incluindo a indicação da participação de outros</p>	Sim	<p>A Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de abril de 2022, a Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e Diretoria Estatutária (“<b>Política de Indicação</b>”) que estabelece as diretrizes a respeito das práticas e definição de critérios para a seleção e contratação dos membros do Conselho, dos Comitês e da Diretoria.</p> <p>Como diretriz geral, o processo de indicação de candidatos deve assegurar que o Conselho de Administração seja composto de membros de perfil</p>

Capítulo	Princípio	Prática Recomendada	Adotada?	Explicação
		<p>órgãos da companhia no referido processo;</p> <p>(ii) que o conselho de administração deve ser composto tendo em vista a disponibilidade de tempo de seus membros para o exercício de suas funções e a diversidade de conhecimentos, experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e gênero.</p>		<p>diversificado, número adequado de conselheiros independentes e tamanho que permita a criação de comitês, o debate efetivo de ideias e a tomada de decisões técnicas, isentas e fundamentadas, além de disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida. Além disso as indicações devem observar diversidade de conhecimento e perfis, complementaridade na formação acadêmica e, de experiência profissional, aspectos culturais, faixa etária e gênero.</p> <p>O processo de indicação será realizado pelo Conselho de Administração, conforme indicado na Política de Indicação.</p> <p>Para mais informações, vide o item 7.1 do Formulário de Referência (versão [4], de [11/07/2024]).</p>
2.3	<p><b>Presidente do Conselho</b></p> <p>O presidente do conselho deve coordenar as atividades do conselho de administração buscando a eficácia e o bom desempenho do órgão e de cada um de seus membros, servindo de elo entre o conselho de administração e o diretor-presidente.</p>	<p>2.3.1 O diretor-presidente não deve acumular o cargo de presidente do conselho de administração.</p>	Sim	-
2.4	<p><b>Avaliação do Conselho e dos Conselheiros</b></p> <p>O conselho de administração deve estabelecer mecanismos de avaliação periódica de desempenho que contribuam para sua efetividade e para o</p>	<p>2.4.1 A companhia deve implementar um processo anual de avaliação do desempenho do conselho de administração e de seus comitês, como órgãos colegiados, do presidente do conselho de administração, dos conselheiros, individualmente considerados, e da</p>	Sim	<p>A Companhia implementou mecanismo de avaliação formal anual de desempenho do Conselho de Administração e de seus comitês, como órgãos colegiados, do presidente do Conselho de Administração e dos conselheiros individualmente considerados.</p> <p>Para o Conselho de Administração, a avaliação é realizada pelo Presidente do Conselho de Administração, que encaminha aos demais membros do órgão um questionário com perguntas sobre a atuação colegiada ao longo</p>

Capítulo	Princípio	Prática Recomendada	Adotada?	Explicação
	aperfeiçoamento da governança da companhia.	secretaria de governança, caso existente.		<p>do ano e com questões para a autoavaliação dos conselheiros. Este questionário é consolidado e o resultado da autoavaliação é utilizado para o aprimoramento do desenvolvimento das atividades do Conselho de Administração até a próxima avaliação.</p> <p>Para os órgãos colegiados, a avaliação anual considera o desempenho do próprio órgão e de seus membros individualmente considerados.</p> <p>Adicionalmente, para o Comitê de Auditoria, o referido órgão apresenta, anualmente, ao Conselho de Administração, através do seu relatório anual, a sua autoavaliação, referente a sua funcionalidade e atendimento aos requisitos esperados, além de um detalhamento das atividades desempenhadas. O referido relatório é utilizado como referência para avaliação do desempenho anual deste Comitê pelo Conselho de Administração.</p>
2.5	<p><b>Planejamento da Sucessão</b></p> <p>O conselho de administração deve zelar pela continuidade da gestão da companhia, evitando que a sucessão de seus principais líderes acabe afetando o desempenho da companhia e gerando destruição de seu valor.</p>	<p>2.5.1</p> <p>O conselho de administração deve aprovar e manter atualizado um plano de sucessão do diretor-presidente, cuja elaboração deve ser coordenada pelo presidente do conselho de administração.</p>	Sim	<p>O Conselho de Administração zela pela continuidade da gestão dos negócios, assegurando que a sucessão de seus principais líderes seja feita de forma ordenada. Como parte desse processo, a Companhia realiza anualmente a revisão do seu mapa de sucessão dos cargos-chave, que inclui não apenas os cargos do Diretor Presidente, como os demais cargos executivos da Companhia (C-Level), identificando profissionais com potencial para ocupar tais posições executivas. A avaliação do Diretor Presidente e o seu plano de sucessão são discutidos anualmente pelo Conselho de Administração.</p> <p>Em 20.06.2024, os membros do Conselho de Administração aprovaram o início do processo de transição do Diretor Presidente da época, o qual foi encerrado em 28.06.2024, tendo o seu sucessor tomado posse em 01.07.2024.</p>
2.6	<p><b>Integração de Novos Conselheiros</b></p> <p>Para que possa</p>	<p>2.6.1</p> <p>A companhia deve ter um programa de integração dos novos membros do conselho de administração,</p>	Sim	<p>Ao ingressarem na Companhia, os novos membros do Conselho de Administração são convidados a participar do Programa de Integração, que contempla uma imersão nos negócios da Companhia: realização de reuniões</p>

Capítulo	Princípio	Prática Recomendada	Adotada?	Explicação
	desempenhar bem suas funções, o membro do conselho de administração deve entender o negócio da companhia.	previamente estruturado, para que os referidos membros sejam apresentados às pessoas-chave da companhia e às suas instalações e no qual sejam abordados temas essenciais para o entendimento do negócio da companhia.		<p>com os demais conselheiros, executivos e diretores de áreas-chave; apresentação à cultura ética e de compliance da Companhia e ao Código de Conduta da ZAMP; bem como visitas às instalações corporativas e operacionais.</p> <p>O Programa de Integração é dinâmico e atualizado sempre que necessário, pois se destina não apenas a introduzir os novos membros da administração da Companhia aos temas essenciais para o exercício das suas atividades, como também atualizar os conselheiros acerca das atualizações estruturais e novos processos adotados pela Companhia.</p> <p>Adicionalmente, o Portal de Governança Corporativa da Companhia possui um espaço dedicado à integração e atualização dos conselheiros, no qual são disponibilizados documentos relevantes da empresa e calendário corporativo. O programa de integração é dinâmico e atualizado sempre que necessário, pois se destina não apenas a introduzir, mas também atualizar os conselheiros acerca das novidades em termos de estruturas e processos adotados pela Companhia.</p>
2.7	<p><b>Remuneração dos Conselheiros de Administração</b></p> <p>A remuneração dos membros do conselho de administração deve estar alinhada aos objetivos estratégicos da companhia com foco em sua perenidade e na criação de valor no longo prazo.</p>	2.7.1 A remuneração dos membros do conselho de administração deve ser proporcional às atribuições, responsabilidades e demanda de tempo. Não deve haver remuneração baseada em participação em reuniões, e a remuneração variável dos conselheiros, se houver, não deve ser atrelada a resultados de curto prazo.	Sim	-

Capítulo	Princípio	Prática Recomendada	Adotada?	Explicação
	<p><b>Regimento Interno do Conselho de Administração</b></p> <p><b>2.8</b> A atuação do conselho de administração deve ser pautada por um documento contendo regras que normatizem sua estrutura e forma de atuação.</p>	<p>O conselho de administração deve ter um regimento interno que normatize suas responsabilidades, atribuições e regras de funcionamento, incluindo:</p> <p>(i) as atribuições do presidente do conselho de administração;</p> <p>(ii) as regras de substituição do presidente do conselho em sua ausência ou vacância;</p> <p>(iii) as medidas a serem adotadas em situações de conflito de interesses; e</p> <p>(iv) a definição de prazo de antecedência suficiente para o recebimento dos materiais para discussão nas reuniões, com a adequada profundidade.</p>	Sim	-
	<p><b>Reuniões do Conselho de Administração</b></p> <p><b>2.9</b> O conselho de administração deve adotar um conjunto de ações que propicie a eficácia de suas reuniões, facilite a atuação dos conselheiros</p>	<p><b>2.9.1</b> O conselho de administração deve definir um calendário anual com as datas das reuniões ordinárias, que não devem ser inferiores a seis nem superiores a doze, além de convocar reuniões extraordinárias, sempre que necessário. O referido calendário deve prever uma agenda</p>	Sim	-

Capítulo	Princípio	Prática Recomendada	Adotada?	Explicação
	externos e dê transparência à sua atuação.	anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão.		
		2.9.2 As reuniões do conselho devem prever regularmente sessões exclusivas para conselheiros externos, sem a presença dos executivos e demais convidados, para alinhamento dos conselheiros externos e discussão de temas que possam criar constrangimento.	Sim	-
		2.9.3 As atas de reunião do conselho devem ser redigidas com clareza e registrar as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto.	Sim	As reuniões do Conselho são redigidas com clareza e registram as discussões e decisões tomadas, além de registrar os conselheiros envolvidos, e votações, inclusive por conflitos de interesses, frente aos temas que requerem decisão, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento ao Conselho e da Diretoria ( <b>“Regimento Interno”</b> ).



### 3. Diretoria

Capítulo	Princípio	Prática Recomendada	Adotada?	Explicação
3 Diretoria	<b>3.1</b> <b>Atribuições</b> A diretoria deve gerir os negócios da companhia, com observância aos limites de risco e às diretrizes aprovados pelo conselho de administração.	3.1.1 A diretoria deve, sem prejuízo de suas atribuições legais e estatutárias e de outras práticas previstas no Código:  (i) executar a política de gestão de riscos e, sempre que necessário, propor ao conselho eventuais necessidades de revisão dessa política, em função de alterações nos riscos a que a companhia está exposta;  (ii) implementar e manter mecanismos, processos e programas eficazes de monitoramento e divulgação do desempenho financeiro e operacional e dos impactos das atividades da companhia na sociedade e no meio ambiente.	Sim	-
		3.1.2 A diretoria deve ter um regimento interno próprio que estabeleça sua estrutura, seu funcionamento e seus papéis e responsabilidades.	Sim	-



Capítulo	Princípio	Prática Recomendada	Adotada?	Explicação
	<b>Indicação dos Diretores</b>  O processo de indicação e preenchimento de cargos de diretoria e posições gerenciais deve visar à formação de um grupo alinhado aos princípios e valores éticos da companhia tendo em vista a diversidade, inclusive de gênero, almejando sua ocupação por pessoas com competências complementares e habilitadas para enfrentar os desafios da companhia.	3.2.1  Não deve existir reserva de cargos de diretoria ou posições gerenciais para indicação direta por acionistas.	Sim	-
	<b>Avaliação do Diretor-Presidente e da Diretoria</b>  O diretor-presidente e a diretoria devem ser avaliados com base em metas de desempenho, financeiras e não financeiras (incluindo aspectos ambientais, sociais e de governança), alinhadas com os valores e os	3.3.1  O diretor-presidente deve ser avaliado, anualmente, em processo formal conduzido pelo conselho de administração, com base na verificação do atingimento das metas de desempenho financeiro e não financeiro estabelecidas pelo conselho de administração para a companhia.	Sim	<p>O Regimento Interno prevê que o Presidente do Conselho de Administração deverá incluir no calendário anual, reuniões ou sessões destinadas à avaliação da gestão, sem a presença de conselheiros internos. As informações sobre a avaliação do C-Level, inclusive do diretor presidente, quanto a metas pré-estabelecidas constam do item 7.1 do Formulário de Referência (versão [4], de [11/07/2024]).</p> <p>Tanto o Diretor Presidente como os demais Diretores Vice-Presidentes são avaliados principalmente com relação ao resultado de suas respectivas metas, as quais são definidas ao fim de cada ano para o respectivo ano seguinte, visando alavancar os principais indicadores da Companhia. Conforme o inciso (vii) do artigo 19 do Estatuto Social e o inciso (xvii) do artigo 13 do Regimento Interno, os critérios de desempenho do Diretor Presidente são definidos pelo Conselho de Administração.</p>

Comentado [BT1]: Termo já definido acima.

Capítulo	Princípio	Prática Recomendada	Adotada?	Explicação
	princípios éticos da companhia.			<p>As avaliações são feitas pelo Conselho de Administração e ocorrem anualmente, mas de forma não pontual, ou seja, a avaliação observa a atuação do Diretor Presidente e dos demais Diretores ao longo do ano. Adicionalmente, o processo formal de avaliação de desempenho é baseado no atingimento de metas financeiras e não financeiras estabelecidas especificamente para o diretor-presidente.</p> <p>A performance anual do Diretor Presidente será apresentada ao Conselho de Administração ao longo deste exercício social.</p>
		<p>3.3.2 Os resultados da avaliação dos demais diretores, incluindo as proposições do diretor-presidente quanto a metas a serem acordadas e à permanência, à promoção ou ao desligamento dos executivos nos respectivos cargos, devem ser apresentados, analisados, discutidos e aprovados em reunião do conselho de administração.</p>	Sim	<p>O Regimento Interno prevê que o Presidente do Conselho de Administração deverá incluir no calendário anual reuniões ou sessões destinadas à avaliação da gestão, sem a presença de conselheiros internos. As informações sobre a avaliação dos diretores quanto a metas pré-estabelecidas constam do item 7.1 do Formulário de Referência (versão [4], de [11/07/2024]).</p> <p>Tanto o Diretor Presidente como os demais Diretores são avaliados principalmente com relação ao resultado de suas respectivas metas, as quais são definidas ao fim de cada ano para o respectivo ano seguinte, visando alavancar os principais indicadores da Companhia.</p> <p>No ano de 2023, a performance anual foi apresentada ao Comitê de Gente e Remuneração em reunião da qual participou também o presidente do Conselho de Administração.</p>
	<p><b>3.4 Remuneração da Diretoria</b></p> <p>A remuneração dos membros da diretoria deve estar alinhada aos objetivos estratégicos da companhia, com foco em sua perenidade e na</p>	<p>3.4.1 A remuneração da diretoria deve ser fixada por meio de uma política de remuneração aprovada pelo conselho de administração por meio de um procedimento formal e transparente que considere os custos e os riscos envolvidos.</p>	Sim	<p>A Companhia possui uma política de remuneração de administradores (“<b>Política de Remuneração</b>”) formalmente aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 28 de abril 2022 e atualizada em 27 de março de 2023, que visa estabelecer as diretrizes que deverão ser observadas quanto à remuneração dos membros da administração, considerando os custos e os riscos envolvidos. Além disso, a Companhia utiliza pesquisa salarial realizada por consultoria externa, a qual considera empresas do setor e de porte comparável ao da Companhia para fins de contratação dos executivos e de reajuste da remuneração.</p>

Capítulo	Princípio	Prática Recomendada	Adotada?	Explicação
	criação de valor no longo prazo.			Para mais informações, vide, ainda, o item 8.1 do Formulário de Referência (versão [4], de [11/07/2024]).
		3.4.2  A remuneração da diretoria deve estar vinculada a resultados, com metas de médio e longo prazos relacionadas de forma clara e objetiva à geração de valor econômico para a companhia no longo prazo.	Sim	<p>A estratégia de remuneração da Companhia procura incentivar uma maior rentabilidade dos projetos desenvolvidos pela Companhia, alinhando os interesses dos administradores e os da Companhia.</p> <p>A Companhia adota, ainda, planos de retenção de longo prazo para os executivos-chave, sempre atrelados aos pilares básicos de “Você faz, você merece” e “Esse negócio é nosso” que são aplicados em todos os níveis da Companhia, representando um incentivo para crescer, gerar resultados de longo prazo e reter talentos.</p> <p>Para mais informações, vide, ainda, o item 8.1 do Formulário de Referência (versão [4], de [11/07/2024]).</p>
		3.4.3  A estrutura de incentivos deve estar alinhada aos limites de risco definidos pelo conselho de administração e vedar que uma mesma pessoa controle o processo decisório e a sua respectiva fiscalização. Ninguém deve deliberar sobre sua própria remuneração.	Sim	<p>Conforme disposto no item 8.1 do Formulário de Referência ([4], de [11/07/2024] e na Política de Remuneração de Administradores da Companhia (“<b>Política de Remuneração</b>”), a remuneração global dos administradores é fixada através de deliberação em assembleia geral de acionistas. Cabe ao Conselho de Administração, nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento ao Conselho e da Diretoria (“<b>Regimento Interno</b>”), determinar a proporção de cada componente da remuneração, bem como aprovar as revisões de remuneração da Diretoria Executiva, e, também, do Diretor Presidente. Além disso, a Companhia pode contratar empresas especializadas para consultoria de remuneração, a fim de estruturar um arcabouço competitivo de remuneração.</p> <p>Por fim, vale ressaltar que a Política de Remuneração determina que durante a definição da remuneração, devem ser observadas as mesmas regras aplicáveis a situações de conflito de interesses previstas nos documentos da Companhia, não sendo permitido que alguém delibere sobre sua própria remuneração, individualmente.</p>





## 4. Órgãos de Fiscalização e Controle

Capítulo	Princípio	Prática Recomendada	Adotada?	Explicação
4 Órgãos de Fiscalização e Controle	<b>Comitê de Auditoria</b>	O comitê de auditoria estatutário deve:	Parcialmente	<p>A Companhia entende que a resposta é parcial, em razão de não ter Comitê de Auditoria Estatutário e não ser formado, em sua maioria por membros independentes, porém o Comitê de Auditoria Não Estatutário (“<b>Comitê de Auditoria</b>”) atende todas as recomendações de qualificação.</p> <p>A respeito do item (i), com efeito, o Comitê de Auditoria tem as atribuições de assessorar o Conselho de Administração quanto à qualidade das demonstrações contábeis e financeiras, controles internos, administração de riscos e compliance, auditoria interna e auditoria independente realizada por “Big 4” e, para tanto, acompanha diretamente os trabalhos dos auditores independentes. Além disso, a área de Auditoria Interna, Riscos e Controles Internos reporta-se diretamente para o Comitê de Auditoria, que também acompanha, periodicamente, as atividades da segunda linha de defesa em suas reuniões.</p> <p>Com relação ao item (ii), a despeito de a composição do Comitê de Auditoria não observar integralmente o previsto no CBGC, a Companhia entende que seus membros têm a capacidade de realizar suas atribuições plena e integralmente e com toda a isenção necessária.</p> <p>Acerca do item (iii), o Comitê de Auditoria é composto por 3 membros, sendo coordenado por um, especialista financeiro com profundo conhecimento das normas e princípios contábeis, especialmente em provisões, reservas e estimativas contábeis. No mais, um dos membros possui experiência comprovada em controles internos, compliance e avaliação de gestão de riscos. Adicionalmente, o Comitê de Auditoria também é composto por um membro externo também especialista financeiro e independente.</p>
	4.1 A companhia deve ter um comitê de auditoria estatutário, independente e qualificado.	<p>4.1.1 (i) ter entre suas atribuições assessorar o conselho de administração no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e compliance;</p> <p>(ii) ser formado em sua maioria por membros independentes e coordenado por um conselheiro independente;</p> <p>(iii) ter ao menos um de seus membros independentes com experiência comprovada na área contábil-societária, de controles internos, financeira e de auditoria, cumulativamente; e</p> <p>(iv) possuir orçamento próprio para a contratação de consultores</p>		

Capítulo	Princípio	Prática Recomendada	Adotada?	Explicação
		para assuntos contábeis, jurídicos ou outros temas, quando necessária a opinião de um especialista externo.		Já em resposta ao item (iv), o Comitê de Auditoria dispõe de orçamento próprio para contratação de consultores externos especializados em questões contábeis, jurídicas ou outros temas, quando e se necessário, incorporado na política e práticas orçamentárias da própria gestão.  Este arranjo estrutural permite que o Comitê de Auditoria cumpra efetivamente com as suas responsabilidades de supervisão e assessoramento, contribuindo para a robustez e transparência dos processos de governança corporativa da Companhia.
4.2	<b>Conselho Fiscal</b>  O conselho fiscal, se instalado, deve ser dotado dos recursos e do suporte da administração necessários para que seus membros possam desempenhar suas atribuições individuais de fiscalização independente de forma efetiva.	4.2.1 O conselho fiscal deve ter um regimento interno próprio que descreva sua estrutura, seu funcionamento, programa de trabalho, seus papéis e responsabilidades, sem criar embaraço à atuação individual de seus membros.	Sim	-
		4.2.2 As atas das reuniões do conselho fiscal devem observar as mesmas regras de divulgação das atas do conselho de administração.	Não se aplica	-
	<b>Auditoria Independente</b>  Os auditores independentes devem reportar-se ao conselho de administração. Este deve zelar pela independência dos auditores independentes na sua atuação.	4.3.1 A companhia deve estabelecer uma política para contratação de serviços extra-auditoria de seus auditores independentes, aprovada pelo conselho de administração, que proíba a contratação de serviços extra-auditoria que possam comprometer a independência dos auditores. A companhia não deve contratar como auditor independente quem tenha prestado serviços de auditoria	Sim	-

Capítulo	Princípio	Prática Recomendada	Adotada?	Explicação
		interna para a companhia há menos de três anos.		
		4.3.2 A equipe de auditoria independente deve reportar-se ao conselho de administração, por meio do comitê de auditoria, se existente. O comitê de auditoria deverá monitorar a efetividade do trabalho dos auditores independentes, assim como sua independência. Deve, ainda, avaliar e discutir o plano anual de trabalho do auditor independente e encaminhá-lo para a apreciação do conselho de administração.	Sim	-
	<b>Auditoria Interna</b>  4.4 A companhia deve estruturar sua auditoria interna de maneira compatível com a dimensão, a complexidade e os riscos de seus negócios, cabendo ao conselho de administração zelar pela qualificação e independência dos profissionais da equipe de auditoria interna em relação à diretoria.	4.4.1 A companhia deve ter uma área de auditoria interna vinculada diretamente ao conselho de administração.	Sim	<p>A Companhia possui, desde 2017, uma área de Auditoria Interna, que reporta para o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração desde janeiro de 2020. A área tem como missão aumentar e proteger o valor organizacional da Companhia, fornecendo avaliação, assessoria e conhecimentos objetivos e baseados em riscos. O propósito da área de auditoria interna é prestar serviços independentes e objetivos de avaliação e aconselhamento, criados para agregar valor e aprimorar as operações da organização.</p> <p>Em 2023, a área foi submetida a uma avaliação externa de qualidade e recebeu certificação concedida pelo IIA Brasil, demonstrando conformidade com as normas e elementos mandatórios do IPPF (International Professional Practices Framework), incluindo os Princípios Fundamentais para a Prática Profissional de Auditoria Interna, o Código de Ética e as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna.</p> <p>Por fim, a Companhia informa que possui um Regimento Interno da Auditoria Interna, o qual foi revisado e aprovado formalmente pelo Conselho</p>

Capítulo	Princípio	Prática Recomendada	Adotada?	Explicação
				de Administração, em reunião realizada 27 de janeiro de 2023, e que visa regular as atividades e responsabilidades da Auditoria Interna.  Para maiores informações sobre a área de Auditoria Interna, vide, ainda, o item 5.1 do Formulário de Referência (versão [4], de [11/07/2024]).
		4.4.2 Em caso de terceirização dessa atividade, os serviços de auditoria interna não devem ser exercidos pela mesma empresa que presta serviços de auditoria das demonstrações financeiras. A companhia não deve contratar para auditoria interna quem tenha prestado serviços de auditoria independente para a companhia há menos de três anos.	Não se aplica	-
	<b>Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Integridade/Conformidade (Compliance)</b>  4.5 A companhia deve ter um processo apropriado de gerenciamento de riscos e manter controles internos e programas de integridade/conformidade (compliance) adequados ao porte, ao risco e à complexidade de suas atividades.	4.5.1 A companhia deve adotar política de gerenciamento de riscos, aprovada pelo conselho de administração, que inclua a definição dos riscos para os quais se busca proteção, os instrumentos utilizados para tanto, a estrutura organizacional para gerenciamento de riscos, a avaliação da adequação da estrutura operacional e de controles internos na verificação da sua efetividade, além de definir diretrizes para o estabelecimento dos limites aceitáveis para a exposição da companhia a esses riscos.	Sim	A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos e Controles (“ <b>Política de Riscos</b> ”), que foi revisada e aprovada pelo Conselho de Administração em 28 de abril de 2022, que estabelece diretrizes, princípios, papéis e responsabilidades no gerenciamento de riscos corporativos e fornece orientações aos processos de negócios na identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos e oportunidades inerentes às atividades da ZAMP, considerando a definição dos riscos para os quais se busca proteção.  A Companhia adota uma estrutura integrada de gerenciamento de riscos, que se aplica aos membros da Diretoria, Conselho de Administração, Comitê de Finanças e M&A, Comitê de Auditoria e Comitê de Estratégia e Alocação de Capital, bem como a todos os colaboradores, inclusive prestadores de serviços terceirizados, independentemente do cargo ou função.  A Companhia, com o suporte da área de Gerenciamento de Riscos, elaborou um documento de apetite a riscos, que também foi aprovado pelo Conselho de Administração. No final de 2023, com o objetivo de fortalecer as práticas



Capítulo	Princípio	Prática Recomendada	Adotada?	Explicação
				de gestão de riscos e controles internos, o Comitê de Auditoria aprovou que a área de gestão de riscos e controles internos passasse a reportar-se ao responsável pela Auditoria Interna.
		4.5.2 Cabe ao conselho de administração zelar para que a diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer, avaliar e controlar os riscos, a fim de mantê-los em níveis compatíveis com os limites fixados, incluindo programa de integridade/conformidade ( <b>compliance</b> ) visando o cumprimento de leis, regulamentos e normas externas e internas.	<b>Sim</b>	O Conselho de Administração zela para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer, avaliar e controlar os riscos da organização, a fim de mantê-los em níveis compatíveis com os limites fixados, visando o cumprimento de leis, regulamentos e normas externas e internas. Por meio do Comitê de Auditoria, avalia periodicamente a exposição da Companhia a riscos e eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e Compliance, conforme detalhado no Regimento do referido Comitê de Assessoramento. Em 28 de abril de 2022, a Política de Gestão de Riscos e Controles da ZAMP S.A. foi aprovada pelo Conselho de Administração.
		4.5.3 A diretoria deve avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade ( <b>compliance</b> ) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação.	<b>Parcialmente</b>	Nos termos da Política de Riscos, são atribuições da Liderança Executiva: (i) Propor ao Conselho de Administração o apetite e tolerância a riscos de acordo com a estratégia da Companhia, documento apresentado e aprovado pelo Conselho de Administração na mesma data de aprovação da política; (ii) Executar a política de gestão de riscos e, sempre que necessário, propor ao conselho eventuais necessidades de revisão dessa política, em função de alterações nos riscos a que a Companhia está exposta; (iii) Supervisionar as áreas da Companhia nos processos de gestão de riscos estabelecidos com base nas políticas e normas estabelecidas pelo Conselho de Administração e nas deliberações tomadas em Assembleia Geral.  Estão previstas prestações de contas periódicas, nos termos da Política de Riscos, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração sobre a avaliação do processo de gestão de riscos, que tomará como base as etapas definidas no item 6 da Política de Riscos, sendo que para este último órgão quando se tratar de temas relevantes.




## 5. Ética e Conflito de Interesses

Capítulo	Princípio	Prática Recomendada	Adotada?	Explicação
5 Ética e Conflito de Interesses	5.1	<b>Código de Conduta e Canal de Denúncias</b>  A companhia deve ter um código de conduta que promova seus valores e princípios éticos e reflita a identidade e cultura organizacionais e um canal de denúncias para acolher críticas, dúvidas, reclamações e denúncias.	Sim	<p>A Companhia implantou, em 2019, a Comissão Interna de Conduta composta pelo Diretor-Presidente, Vice-Presidente de Gente e Gestão, Vice-Presidente de Operações, Jurídico e Auditoria Interna, com reuniões bimestrais ou <i>ad-hoc</i> para análise dos dados do Canal Confidencial e deliberação de determinadas denúncias realizadas no Canal, relacionadas a fraudes/desvios de lideranças de restaurantes e demais temas envolvendo colaboradores corporativos. Denúncias que envolvam o Diretor-Presidente serão deliberadas pelo Conselho de Administração. Tanto a Comissão como o Comitê se reportam ao Conselho de Administração e são responsáveis pelo acompanhamento da realização dos treinamentos sobre o Código de Conduta.</p> <p>A Companhia informa, ainda, que eventuais denúncias envolvendo membros da Administração e Conselheiros são encaminhadas, por meio de um fluxo especial, diretamente ao Vice-Presidente de Compliance Sênior da Mubadala, membro do Comitê de Auditoria, deixando de ficarem arquivadas dentro da ferramenta para acessos pela Administração.</p> <p>A Companhia realiza treinamentos de caráter obrigatório sobre o Código de Conduta com periodicidade anual ou sempre que houver alterações/atualizações.</p> <p>Para mais informações, vide, ainda, os itens 5.2 e 5.3 do Formulário de Referência (versão [4], de [11/07/2024]).</p>
		5.1.1  A companhia deve ter um comitê de conduta, dotado de independência e autonomia e vinculado diretamente ao conselho de administração, encarregado de implementação, disseminação, treinamento, revisão e atualização do código de conduta e do canal de denúncias, bem como da condução de apurações e propositura de medidas corretivas relativas às infrações ao código de conduta.		
		5.1.2  O código de conduta, elaborado pela diretoria, com apoio do comitê de conduta, e aprovado pelo conselho de administração, deve:	Sim	-

Capítulo	Princípio	Prática Recomendada	Adotada?	Explicação
		<p>(i) disciplinar as relações internas e externas da companhia, expressando o comprometimento esperado da companhia, de seus conselheiros, diretores, acionistas, colaboradores, fornecedores e partes interessadas com a adoção de padrões adequados de conduta;</p> <p>(ii) administrar conflitos de interesses e prever a abstenção do membro do conselho de administração, do comitê de auditoria ou do comitê de conduta, se houver, que, conforme o caso, estiver conflitado;</p> <p>(iii) definir, com clareza, o escopo e a abrangência das ações destinadas a apurar a ocorrência de situações compreendidas como realizadas com o uso de informação privilegiada (por exemplo, utilização da informação privilegiada para finalidades comerciais ou para obtenção de vantagens na negociação de valores mobiliários);</p>		

Capítulo	Princípio	Prática Recomendada	Adotada?	Explicação
		(iv) estabelecer que os princípios éticos fundamentem a negociação de contratos, acordos, propostas de alteração do estatuto social, bem como as políticas que orientam toda a companhia, e estabelecer um valor máximo dos bens ou serviços de terceiros que administradores e colaboradores possam aceitar de forma gratuita ou favorecida.		
		5.1.3 O canal de denúncias deve ser dotado de independência, autonomia e imparcialidade, operando diretrizes de funcionamento definidas pela diretoria e aprovadas pelo conselho de administração. Deve ser operado de forma independente e imparcial, e garantir o anonimato de seus usuários, além de promover, de forma tempestiva, as apurações e providências necessárias. Este serviço pode ficar a cargo de um terceiro de reconhecida capacidade.	Sim	<p>A Companhia conta com canal independente para eventuais denúncias internas e externas, administrado por empresa especializada e cujas informações são captadas e informadas ao responsável por Compliance, que possui regras internas de reportes de denúncias, inclusive algumas, ao Comitê de Auditoria. As apurações de denúncias relacionadas com Diretor Presidente e Vice-Presidentes são encaminhadas por uma empresa terceira direta e exclusivamente ao Vice-Presidente de Compliance Sênior da Mubadala, membro do Comitê de Auditoria, que dota de orçamento próprio no Comitê para as devidas apurações.</p> <p>O contato ao Canal de Denúncias é gratuito e as denúncias podem ser feitas de forma anônima, caso o denunciante prefira. O canal pode ser acessado pelo site ou intranet da Companhia (<a href="https://canalconfidencial.com.br/conduca/">https://canalconfidencial.com.br/conduca/</a>) ou call center, através do telefone: 0800-721-0745.</p> <p>Mais informações podem ser encontradas no item 5.3 do Formulário de Referência (versão [4], de [11/07/2024]).</p>
	5.2 Conflito de Interesses	5.2.1 As regras de governança da companhia devem zelar pela	Sim	O Estatuto Social da Companhia estabelece as alçadas de decisão da Diretoria e do Conselho de Administração e o Regimento Interno do

Capítulo	Princípio	Prática Recomendada	Adotada?	Explicação
	A companhia deve estabelecer mecanismos para lidar com situações de conflito de interesses na administração da companhia ou nas assembleias gerais.	separação e definição clara de funções, papéis e responsabilidades associados aos mandatos de todos os agentes de governança. Devem ainda ser definidas as alçadas de decisão de cada instância, com o objetivo de minimizar possíveis focos de conflitos de interesses.		Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento ao Conselho e da Diretoria detalha as funções, papéis e responsabilidades de cada órgão.
		5.2.2 As regras de governança da companhia devem ser tornadas públicas e determinar que a pessoa que não é independente em relação à matéria em discussão ou deliberação nos órgãos de administração ou fiscalização da companhia deve manifestar, tempestivamente, seu conflito de interesses ou interesse particular. Caso não o faça, essas regras devem prever que outra pessoa manifeste o conflito, caso dele tenha ciência, e que, tão logo identificado o conflito de interesses em relação a um tema específico, a pessoa envolvida se afaste, inclusive fisicamente, das discussões e deliberações. As regras devem prever que esse afastamento temporário seja registrado em ata.	Sim	O Regimento Interno do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento ao Conselho e da Diretoria tem um capítulo específico tratando do compromisso com a ética e com a atuação em conflito de interesses, detalhando os mecanismos adotados em situações em que tal conflito é configurado.

Capítulo	Princípio	Prática Recomendada	Adotada?	Explicação
5.3	<p>A companhia deve ter políticas e práticas de governança visando a assegurar que toda e qualquer transação com parte relacionada seja realizada sempre no melhor interesse da companhia, com plena independência e absoluta transparência.</p> <p><b>Transações com Partes Relacionadas</b></p>	5.2.3 A companhia deve ter mecanismos de administração de conflitos de interesses nas votações submetidas à assembleia geral, para receber e processar alegações de conflitos de interesses, e de anulação de votos proferidos em conflito, ainda que posteriormente ao conclave.	Sim	O Manual para Participação em Assembleia prevê que o conflito deve ser identificado pelo próprio acionista, devendo este abster-se de votar. No entanto, em situações em que o conflito seja inequívoco e o acionista não se manifeste, o presidente da mesa da assembleia geral tem o poder de declarar tal impedimento, em linha com precedentes da CVM.
		5.3.1 O estatuto social deve definir quais transações com partes relacionadas devem ser aprovadas pelo conselho de administração, com a exclusão de eventuais membros com interesses potencialmente conflitantes.	Sim	-
		5.3.2 O conselho de administração deve aprovar e implementar uma política de transações com partes relacionadas, que inclua, entre outras regras:  (i) previsão de que, previamente à aprovação de transações específicas ou diretrizes para a contratação de transações, o conselho de administração solicite à diretoria alternativas de mercado à transação com partes relacionadas em questão, ajustadas pelos fatores de risco	Sim	<p>A Companhia aprovou em reunião do Conselho de Administração em 18 de dezembro de 2023 e revisada em  de julho de 2024, a Política de Transação com Partes Relacionadas (“<b>Política de Transações com Partes Relacionadas</b>”), a qual visa assegurar que as decisões relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e conduzidas dentro das Condições de Mercado, prezando, ainda, pela introdução das melhores práticas de governança corporativa, revestidas de transparência, conformidade, equidade e comutatividade.</p> <p>Com relação ao item (i), conforme disposto na referida política, o Conselho de Administração terá acesso a todos os documentos relacionados às Transações com Partes Relacionadas, bem como quaisquer pareceres ou opiniões técnicas sobre o tema e poderá, ainda, definir o conteúdo e o</p>

Capítulo	Princípio	Prática Recomendada	Adotada?	Explicação
		<p>envolvidos;</p> <p>(ii) vedação a formas de remuneração de assessores, consultores ou intermediários que gerem conflito de interesses com a companhia, os administradores, os acionistas ou classes de acionistas;</p> <p>(iii) proibição a empréstimos em favor do controlador e dos administradores;</p> <p>(iv) as hipóteses de transações com partes relacionadas que devem ser embasadas por laudos de avaliação independentes, elaborados sem a participação de nenhuma parte envolvida na operação em questão, seja ela banco, advogado, empresa de consultoria especializada, entre outros, com base em premissas realistas e informações referendadas por terceiros;</p> <p>(v) que reestruturações societárias envolvendo partes relacionadas devem assegurar tratamento equitativo para todos os acionistas.</p>		<p>formato das informações consideradas necessárias para sua deliberação a respeito de uma Transação com Parte Relacionada, as quais serão distribuídas juntamente com a convocação da reunião em que a transação será submetida a análise. Para este fim, ele poderá requerer a assessoria da auditoria interna, bem como os trabalhos de supervisão exercidos pelo Comitê de Auditoria. Vale ressaltar, ainda, que o Conselho de Administração poderá requerer, ainda, alternativas de mercado à transação com partes relacionadas em questão, ajustadas pelos fatores de risco envolvidos.</p> <p>Em relação aos itens (ii) e (iii), a Política de Transações com Partes Relacionadas veda(a) a participação de administradores e funcionários em negócios de natureza particular ou pessoal que interfiram ou conflitem com os interesses da Companhia ou que resultem da utilização de informações confidenciais em razão do exercício do cargo ou função que ocupem na Companhia; (b) as transações realizadas fora das condições de mercado; e (c) a concessão de empréstimos aos administradores e membros dos conselhos fiscal ou de administração ou comitês estatutários ou não e seus respectivos suplentes, bem como aos respectivos cônjuges, companheiros, descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros.</p> <p>Em relação ao item (iv), o Conselho de Administração pode requerer, ainda, (i) laudos de avaliação independentes, elaborados sem a participação de nenhuma parte envolvida na operação em questão, seja ela banco, advogado, empresa de consultoria especializada, entre outros, com base em premissas realistas e informações referendadas por terceiros, sem, contudo, indicar as hipóteses em que estas transações devam ser embasadas por tais laudos.</p> <p>Por fim, no que concerne ao item (v), a Política de Transações com Partes Relacionadas determina que o Conselho de Administração da Companhia deverá assegurar, igualmente, tratamento equitativo para os acionistas quando da análise de operações de reestruturações societárias envolvendo</p>

Capítulo	Princípio	Prática Recomendada	Adotada?	Explicação
				Partes Relacionadas, incluindo o previsto no Parecer de Orientação da CVM nº 35.
5.4	<b>Política de Negociação de Valores Mobiliários</b>  A negociação de ações ou outros valores mobiliários de emissão da própria companhia por acionistas, administradores, membros do conselho fiscal e de outros órgãos estatutários, e quaisquer pessoas com acesso à informação deve ser pautada por princípios de transparência, equidade e ética.	5.4.1 A companhia deve adotar, por deliberação do conselho de administração, uma política de negociação de valores mobiliários de sua emissão, que, sem prejuízo do atendimento às regras estabelecidas pela regulamentação da CVM, estabeleça controles que viabilizem o monitoramento das negociações realizadas, bem como a apuração e punição dos responsáveis em caso de descumprimento da política.	Sim	<p>Além das restrições de negociação previstas na Política de Negociação de Valores Mobiliários, com o objetivo de assegurar os padrões de negociação com valores mobiliários da Companhia, todas as negociações por parte da própria Companhia e das pessoas obrigadas a observar os termos e condições da referida política somente serão realizadas com a intermediação de Corretora Credenciada.</p> <p>Além disso, em caso de violação dos termos e procedimentos estabelecidos na Política de Negociação de Valores Mobiliários, caberá ao Conselho de Administração tomar as medidas disciplinares que forem cabíveis no âmbito interno da Companhia, inclusive a destituição do cargo ou demissão do infrator nas hipóteses de violação grave.</p>
5.5	<b>Política sobre Contribuições e Doações</b>  A administração deve zelar para que os administradores e outros colaboradores compreendam, de forma clara e objetiva, os princípios e regras sobre contribuições e doações de valores ou bens a projetos filantrópicos, culturais, sociais, ambientais ou a atividades políticas.	5.5.1 No intuito de assegurar maior transparência quanto à utilização dos recursos da companhia, deve ser elaborada política sobre suas contribuições voluntárias, inclusive aquelas relacionadas às atividades políticas, a ser aprovada pelo conselho de administração e executada pela diretoria, contendo princípios e regras claros e objetivos.	Sim	A Companhia possui uma Política de Doações e Patrocínios, formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2024, a qual visa estabelecer as diretrizes e procedimentos aplicáveis para a realização de contribuições, doações e patrocínios que a Companhia executa. Adicionalmente, a referida política veda expressamente a realização de contribuições, patrocínios e/ou doações de cunho político-partidário, para projetos que não estejam alinhados com os valores de transparência, responsabilidade, integridade e ética da Companhia, com contexto comercial, sindical ou religioso e contrárias as disposições contratuais firmadas pela Companhia, bem como, contrárias as disposições legais e constitucionais.
		5.5.2 A política deve prever que o conselho de administração seja o órgão responsável pela aprovação de todos os desembolsos	Não	A Política de Doações e Patrocínios da Companhia determina que as áreas Jurídica e de Compliance, após aprovação prévia pelo Vice-Presidente responsável pela área proponente pelo eventual desembolso relacionado à atividade política, deverão autorizar a realização da eventual contribuição,



Capítulo	Princípio	Prática Recomendada	Adotada?	Explicação
		relacionados às atividades políticas.		doação ou patrocínio. Dessa forma, tendo em vista a estrutura de aprovação para a realização dos referidos desembolsos, a Companhia entende não ser necessária a alteração da política neste momento.
		5.5.3 A política sobre contribuições voluntárias das companhias controladas pelo Estado, ou que tenham relações comerciais reiteradas e relevantes com o Estado, deve vedar contribuições ou doações a partidos políticos ou pessoas a eles ligadas, ainda que permitidas por lei.	Não aplicável	-